Reunião com Rubio: "Muito CORREIO BASTIDORES produtiva", diz Vieira

Conversa deve destravar o diálogo entre Brasil e EUA

Por Sabrina Fonseca

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, se encontrou, na quinta-feira (16), na Casa Branca, em Washington, com o secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, para debater a possibilidade de fim do tarifaço imposto sobre os produtos brasileiros pelo presidente Donald Trump (Republicanos).

Em uma coletiva de imprensa após a reunião, o chanceler brasileiro declarou que, primeiramente, houve uma rápida reunião de 15 minutos apenas entre ele e Rubio, e classificou essa conversa como "muito produtiva". Em seguida, aconteceu uma segunda reunião de cerca de quase uma hora com membros do governo americano e do governo brasileiro, que foi definida como "clima de descontração". Todo esse clima, avalia-se, poderá levar a uma reversão - ou, pelo menos, redução - das sobretaxações impostas pelos EUA.

Vieira ainda deixou em aberto que poderá vir ainda a acontecer um encontro entre Lula e Trump em breve.

A reunião se deu após um longo período de desgaste entre os dois países. Ao impor a sobretaxação, o presidente dos Estados Unidos tentou interferir no processo judiciário brasileiro para defender o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), condenado a 27 anos e três meses, por tentativa de golpe de Estado após as eleições presidenciais em 2022. A pressão de Trump não teve efeito. E muitos avaliam que as taxas impostas também teriam prejudicado a própria economia norte-americana.



Segundo Vieira, conversa com Rubio e seus assessores foi "descontraída"

Diálogo aberto

O Correio da Manhã falou com o doutor em ciência política, Leandro Gabiati, que declarou que o diálogo entre as duas diplomacias está aberto e isso vai permitir avanços nas negociações.

"O maior receio que se tinha era que a reunião fosse num clima negativo. Considerando, principalmente, que estamos falando do Rubio, que é um chanceler, um secretário de Estado ideologicamente muito conservador", observa.

Havia, assim, um receio de uma reunião reativa e mais dura. "Então, o primeiro fato relevante é que a reunião ocorreu em bom clima", completou Gabiati.

Detalhes

Apesar de ter dito que tudo transcorreu em bom clima, Vieira não detalhou o que foi negociado com Rubio. Se a conversa, como se especulou, de fato girou em torno da exploração de terras raras no Brasil, sobre Venezuela, sobre o uso do dólar nas transações do Brics (bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e outros países) ou outros temas.

"Acho que estava, assim, por ser o primeiro contato entre os dois", avalia Gabiati. "Está claro que houve uma discussão de assuntos, talvez apresentação de agendas de cada lado, mas não uma negociação sobre cada agenda. Simplesmente as partes apresentaram seus assuntos de interesse.".

Como sinalizou-se a possiblidade de um encontro entre Lula e Trump, o mais provável é que uma negociação concreta de temas envolva essa conversa entre os dois presidentes. Há a possibilidade de que essa reunião aconteça na Ásia, numa reunião da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean). "O importante é que há um canal de diálogo aberto", conclui Gabiati.

Lula Marques/ Agência Brasil

Marco Rubio

O chanceler americano Marco Rubio, é secretário de Estado dos Estados Unidos, e o escolhido por Trump para negociar a questão do tarifaço com Vieira.

Ele também já fez duras críticas ao Brasil, especialmente ao STF e ao ministro Alexandre de Moraes, acusando-os de censurar opositores, restringir a liberdade de expressão e perseguir politicamente Bolsonaro, a quem considera alvo de uma "caça às bruxas".

Tarifaço

O "tarifaço" de 50% imposto pelo governo de Donald Trump a determinados produtos brasileiros entrou em vigor em 6 de agosto. Anteriormente, em abril, já haviam sido anunciadas as primeiras taxas de 10% para o Brasil e outras nações. Em julho, o presidente norte-americano formalizou o aumento do valor em uma carta enviada a Lula.

Eduardo será defendido por Defensoria Pública da União

Por Sabrina Fonseca

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou, na quinta-feira (16), que a Defensoria Pública da União (DPU) faça a defesa do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) no processo em que é acusado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) de coação no curso do processo contra seu pai, o ex--presidente Jair Bolsonaro.

A DPU deverá, por determinação de Moraes, apresentar essa defesa em até 15 dias.

De acordo com o procurador-geral da República, Paulo Gonet, o deputado federal e o jornalista Paulo Figueiredo articularam, dos Estados Unidos, sanções internacionais contra o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e ministros da Corte para influenciar e intimidar o julgamento de Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos e três meses pela tentativa de golpe de Estado.

O deputado do Partido Liberal (PL), tinha o prazo até quarta-feira (15) para responder à denúncia por edital expedida pelo STF em 30 de setembro. A Corte também tentou notificá-lo pessoalmente, mas sem sucesso. O deputado segue nos Estados Unidos desde fevereiro deste ano.

Ainda ontem (16), em suas redes sociais, o deputado chegou a dizer que se for condenado, não será preso porque seria réu



Eduardo não respondeu à intimação feita a ele

primário e o crime que responderia -interferência no sistema judiciário brasileiro- tem pena de até quatro anos.

"Ainda que eu seja condenado nesta várzea que chamam de Justiça, eu, pela lei, jamais iria para a cadeia, pois sou primário, e a pena máxima para coação é de quatro anos de cadeia", declarou o parlamentar.

Articulações

Eduardo Bolsonaro e Paulo Figueiredo chegaram a se reunir, na quarta-feira (15), com representantes do Departamento de Estado dos Estados Unidos, em Washington, para tratar sobre a anistia ao ex-presidente Bolsonaro e aos presos pelo 8 de Janeiro de 2023.

O deputado e o jornalista estiveram no órgão americano um dia antes do encontro do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e o secretário de Estado Marco Rubio, que se deu na quinta-feira (16), também em Washington.

Em um vídeo divulgado nas redes sociais, Figueiredo disse que Eduardo continua sendo "bem-vindo" no Departamento americano, mesmo com uma aproximação entre o presidente Lula e Donald Trump (Republicanos).

Lei Magnitsky

A Lei Magnitsky foi aplicada contra o ministro Alexandre de Moraes em 30 de julho. Já sua esposa, Viviane Barci de Moraes, foi imposta em 22 de setembro. O decano e seus familiares já haviam tido o visto revogado em 18 de julho.

As medidas também foram aplicadas contra os ministros Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Dias Toffoli, Cristiano Zanin, Flávio Dino, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes. Além de outros representantes públicos, como por exemplo, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, advogado-geral da União (AGU) Jorge Messias um dos nomes favoritos à cadeira de Barroso no Judiciário - e do ministro Benedito Gonçalves, que relatou ações de investigação no TSE que levou à inelegibilidade de Jair Bolsonaro.

A lei americana, que surgiu em 2012 em resposta à morte do advogado russo Sergei Magnitsky, permite ao governo dos Estados Unidos impor sanções a indivíduos acusados de cometer graves violações contra os direitos humanos.

Além das sanções impostas aos ministros e integrantes do governo, o presidente Donald Trump (Republicanos) também assinou para que fosse imposto ao Brasil um tarifaço de 50% sobre produtos.



Lula com Alcolumbre: olhos no STF e na Amazônia

Vetos à Lei Ambiental: alívio e preocupação amazônicos

O governo teve um alívio de dimensões amazônicas com a decisão do presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), de cancelar a sessão que analisaria os 63 vetos de Lula às mudanças na Lei Ambiental.

Mas até as emas do Palácio da Alvorada sabem que a conta pelo carinho vai ser pesada - os favores de Alcolumbre costumam cus-

Regulação

A primeira concessão do Planalto foi a edição da regulamentação da Licença Ambiental Especial, que LAE simplifica e agiliza o licenciamento de obras consideradas estratégicas. O decreto cria a Câmara de Atividades e Empreendimentos Estratégicos.

tar caro, e ele está empenhado em fazer com que o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) sejá escolhido para o Supremo Tribunal Federal.

Pior: ele foi um dos principais articuladores do que os ambientalistas passaram a chamar de PL da Devastação. Nos últimos dias, entrou em contato com lideranças partidárias para pedir pela derrubada dos vetos.

Impasse

O principal interesse de Alcolumbre está relacionado com a exploração de petróleo na região da foz do Rio Amazonas, algo tende a gerar recursos para o Amapá. Lula também é favorável, mas enfrenta oposição da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.



Ministra Marina Silva tenta salvar os vetos

Governo espera influência positiva da COP 30

O governo, pelo menos, conseguiu evitar a derrubada dos vetos — que era dada como certa — às vésperas da conferência da ONU sobre mudanças climáticas, a COP 30, que será em novembro, em Belém (PA).

Mas sabe que precisará negociar uma alternativa e que sua situação não é nada confortável — diversos setores empresariais, entre eles, o do agronegócio, são favoráveis às mudanças vetadas pelo governo. Entre elas, a que previa uma autolicença, concedida pelo próprio empreendedor.

Há uma expetativa no Planalto que a COP 30 tenha impacto suficiente para gerar uma mobilização em torno do tema.

Desequilíbrio

Mas, mesmo assim, o desequilíbrio de forças é muito grande. Na avaliação do governo, o movimento ambientalista, nos últimos anos, perdeu força na sociedade e isso se refletiu no Congresso. Já a bancada que defende interesses empresariais ficou muito grande.

Expectativas

Não houve sinal positivo dos EUA em relação a demandas brasileiras, em especial, o fim do tarifaço. Mas o fato de a conversa ter acontecido e a ausência de um não por parte norte-americanos justificam as comemorações do Planalto, e as angústias bolsonaristas.

Ventos do norte

A melhor notícia para o governo veio de Washington, onde ontem se encontraram o chanceler Mauro Vieira e o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio. Eles conversaram sobre um encontro, em novembro dos presidentes dos dois países.

Estrela desce

A má fase do Botafogo em 2025 se reflete na diminuição do número de sócios do Camisa 7, seu programa de sócio-torcedor. Em 2024, às vésperas da decisão da Libertadores, havia 70 mil associados. Ontem, depois de mais uma derrota no Brasileirão, 65.200.